



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro

São Luís-MA, CEP 65020-070

- <http://huufma.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23523.036647/2022-90

1. OBJETIVO

1.1. Garantir o fornecimento de alimentação adequada às crianças com impossibilidade ou insuficiência do aleitamento materno; crianças com diagnósticos que impedem o uso do leite materno ou mesmo de determinados alimentos presentes na alimentação complementar, como os portadores de alergias múltiplas; crianças que estejam com seu crescimento e desenvolvimento comprometidos devido a algum grau de desnutrição.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto desta licitação a aquisição de materiais de consumo de uso hospitalar do tipo, neste caso: FÓRMULAS E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS INFANTIS, para atender ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – HUUFMA, uma filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEERH, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações, quantitativos e condições de fornecimento constantes deste instrumento.

2.2. Trata-se da aquisição de bens de natureza comum, por meio do sistema de registro dos preços, consignados em ata, para eventuais contratações futuras, de forma contínua e parcelada, a partir da demanda do HU-UFMA/EBSEERH, nos termos preconizados no Art. 40 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; combinado com o art. 11, da Lei nº 10.520/2002, o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e o Decreto Federal nº 7.892/2013, e ainda, em observância à Lei Complementar nº 123/2006, combinada com o Decreto Federal nº 8.538/2015.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1.1. O HU-UFMA/EBSEERH é um órgão da Administração Pública Federal que tem por finalidade englobar assistência, ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e afins. É um hospital de ensino certificado pelo Ministério da Educação – MEC e Ministério da Saúde – MS, credenciado pelo Sistema Único de Saúde – SUS para realização de procedimentos de média e alta complexidade, tendo como responsabilidade precípua a formação de profissionais da saúde e o fomento às atividades de investigação científica, por meio de uma assistência segura, ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, e assim é referência regional na rede de atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS;

3.1.2. Nesse contexto, a aquisição de produtos para a saúde ocupa um papel de destaque dentro do complexo sistema de compras dos Hospitais Universitários, uma vez que reúne extensos e diversificados conjuntos de materiais imprescindíveis para uma assistência à saúde que prime pela qualidade e excelência dos serviços ofertados aos seus usuários.

3.2. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

3.2.1. Garantir o fornecimento de dietas enterais para crianças internadas impossibilitadas de se alimentarem via oral;

3.2.2. Garantir o fornecimento de fórmulas infantis apropriadas para idade para lactentes que são impossibilitados de usar o leite materno;

3.2.3. Garantir o fornecimento de suplementação para crianças que não conseguem atingir suas necessidades nutricionais exclusivamente pela alimentação.

3.3. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

3.3.1. Os quantitativos a serem adquiridos foram estabelecidos em função da média histórica de consumo, acrescidos de uma margem de segurança, em face dos aspectos de imprevisibilidade nos tratamentos assistenciais, com a devida autorização e aprovação da autoridade competente deste Órgão.

3.3.2. O Registro de Preço dos produtos para saúde se faz necessário para viabilizar as condições estratégicas de ressurgimento dos insumos essenciais ao exercício das atividades programáticas do HU-UFMA/EBSEERH, gerando economia financeira e a otimização de tempo, além de proporcionar ao hospital os recursos materiais necessários ao atendimento constante e humanizado.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS EM COMUNS

4.1. O objeto possui natureza comum, por meio do sistema de registro de preços, consignados em ata, para eventuais contratações futuras, de forma contínua e parcelada, a partir da demanda do HU-UFMA/EBSEERH, com especificações presentes no mercado, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço.

5. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

5.1. Trata-se da aquisição parcelada de materiais de uso comum no HU-UFMA/EBSEERH, conforme especificações técnicas e quantitativos estimados no quadro abaixo:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID
1	432636	Leite infantil com proteína isolada de soja isenta de lactose e sacarose - enriquecida com l-metionina. Indicação: crianças a partir do 6º mês de vida. Embalagem Lata até 800g.	38.400	G
2	442856	Fórmula infantil com ferro de seguimento - a partir do 6º mês de vida. Fontes de proteína: soro do leite e caseinato, sendo a proteína do soro do leite em igual ou	184.000	G

		maior proporção; fonte de carboidrato: lactose e/ou maltodextrina; fonte de lipídio: óleos vegetais. apresentação: lata até 800g.		
3	444377	Fórmula infantil c/ ferro p/ prematuros e crianças com baixo peso. Componentes: soro do leite, gordura láctea e vegetal, lactose. Características adicionais: maltodextrina, vitaminas, sais minerais, taurina e carnitina. Apresentação lata até 800g	144.000	G
4	442237	FÓRMULA INFANTIL ISENTO DE LACTOSE COM CASEINA E SORO DO LEITE. Componentes: óleos vegetais, maltodextrina, enriquecida com vitaminas. Características adicionais: isento de lactose e sacarose. Apresentação lata 400g	250	UN
5	419793	Copo dosador para aleitamento materno, em polipropileno. Capacidade de 80mL, graduado de 10mL em 10mL e marcas em alto relevo de fácil visualização, bordas suaves e arredondadas. Tampa com fechamento por pressão, proporcionando boa vedação e proteção. Todo material deve ser resistente a autoclave e fervura. Atóxico e livre de Bisfenol-A. Embalagem individual, com identificação do produto de fácil visualização.	600	UN
6	465751	Dieta infantil (suplemento), indicação a partir de 1 ano, sem sabor - aspecto físico pó, uso enteral ou oral. características: hipercalórico, fonte de proteína caseinato, fonte de carboidrato maltodextrina e/ou sacarose, fonte de lipídios óleos vegetais, acrescido de vitaminas e minerais. Isento de glúten e lactose. apresentação: lata 400g.	216.000	G
7	442237	FORMULA INFANTIL DE AMINOACIDOS LIVRES ACRESCIDO DE NUCLEOTÍDEOS LATA 400G - composto de 100% de aminoácidos livres, maltodextrina, tcm, ômega 6 e ômega 3, acrescida de nucleotídeos, sabor neutro. Aplicação: lactentes com alergia ou intolerância múltipla. APRESENTAÇÃO: LATA 400G.	900	UN
8	442237	Fórmula infantil, uso oral, em pó p/ lactentes até o sexto mês de vida, com prebióticos. componentes: leite de vaca, proteína do soro / caseína, gordura láctea e/ou óleo vegetal. Carcaterísticas adicionais 100% lactose, vitaminas e minerais. embalagem lata 400g	1.100	UN
9	451540	FÓRMULA INFANTIL ANTIRREGURGITAÇÃO - Fonte de proteína: caseína e proteína do soro; fonte de carboidrato: lactose e maltodextrina; fonte de lipídeos: óleos vegetais. Apresentação: lata de até 800g.	48.000	G
10	445942	SUPLEMENTO EM PÓ INFANTIL A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES - via enteral ou oral, com sabor.	32.000	G
11	436747	Alimento complementar para lactentes, destinada a enriquecer o leite materno. Uso nutricional. Aplicação: prematuros e recém nascidos de baixo peso. Componentes: à base de proteínas hidrolisadas e hipoalergênicas. Apresentação: sachê 1g.	2940	G
12	475049	SUPLEMENTO ALIMENTAR VIA ORAL HIPERCALÓRICO (2,4KCAL/ML) e hiperproteico (≥24%). Isento de lactose e glúten. Apresentação em frasco de 125mL, com sabores variados.	315	L
13	435201	Dieta balanceada tipo módulo de triglicerídeos tipo uso enteral ou oral aspecto físico líquido. Triglicerídeos de cadeia média enriquecida com ácidos graxos essenciais. Apresentação: frasco ≥ 200mL.	4.800	ML
14	395535	Recipiente nutrição enteral, material plástico transparente, capacidade 100ml, com tampa rosqueada, alça, etiqueta, bico conector, graduado, estéril, atóxico, uso descartável, apresentação embalagem individual.	20.000	UN
15	395538	Frasco para acondicionamento e administração de nutrição enteral com capacidade de 300 ml. Características adicionais: frasco descartável em polietileno de alta qualidade, semi-rígido, com alça de sustentação embutida, livre de bisfenol-a permitindo o tratamento térmico (aquecimento e resfriamento) de soluções. Frasco transparente, atóxico, inodoro. Graduação em duas posições, em relevo na mesma face, com escala volumétrica a cada 50 ml. Tampa de rosca que proporciona total encaixe e com membrana perfurável permitindo a vedação da dieta, adaptável aos equipos de nutrição enteral e com dispositivo para fixação em suporte. Deve acompanhar etiqueta adesiva para identificação da dieta, segundo RDC 63 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Embalagem plástica individual lacrada garantindo a higiene e integridade dos produtos. Não estéril. Embalagem individual deve conter externamente os dados de identificação, procedência, quantidade e prazo de validade. O produto deve ser autorizado pelo MS e com registro na Anvisa.	50.000	UN
16	434222	Dieta balanceada uso enteral, aspecto físico líquida, uso nutricional completa (crianças de 0 a 12 meses) - uso enteral ou oral, fonte de proteína: proteína do leite; fonte de carboidrato: maltodextrina. Embalagem de 125mL.	287.500	ML
17	435207	Dieta enteral, tipo emulsão lipídica, a base de tcm e tcl. Com sacarose, sem sabor. Embalagem de 120ml.	1.440	ML

18	404992	Dieta infantil balanceada tipo polimérica hipercalórica tipo uso enteral aspecto físico líquido, frasco 200ml - Aplicação: crianças de 1 a 6 anos. Características: 1,5 kcal/ml com fibras solúveis e insolúveis isenta de lactose, sacarose e glúten.	780.000	ML
19	404427	DIETA INFANTIL, LÍQUIDO, NORMOCALÓRICO, NORMOPROTEICO, S/LACTOSE, SACAROSE E FIBRAS - Nutricionalmente completa <300mOsm/L.	1.260	L
20	438930	DIETA INFANTIL, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA, C/FIBRAS E CAROTENÓIDES. APRESENT. FRASCO 500ML - Sistema aberto. Proteína igual ou superior a 13%. Indicado para crianças de 7 a 10 anos. Acrescido de fibras solúveis (50%) e insolúveis (50%). Osmolaridade <300mOsm/L.	1.080	L
21	404956	SUPLEMENTO NUTRICIONAL INFANTIL HIPERCALÓRICO para crianças de 1 a 10 anos. 1.5kcal/mL. Embalagem 200mL - sabores diversos.	820.000	ML
22	437795	Dieta balanceada, tipo polimérica, uso enteral ou oral, aspecto físico líquido. Aplicação: nefropatas em diálise ou sem grandes restrições. Características adicionais: isenta de glúten e lactose, hipercalórica entre 1.5 a 2.0 kcal/ml; ≥18% de proteína.	2.000	L
23	440996	MÓDULO DE LACTOBACILUS E FRUTOLIGOSSACARÍDEOS ou Lactobacillus combinado com fibras prebióticas. Uso enteral ou Oral, isenta de sacarose. Apresentação em Sachê.	14.700	G
24	438291	SUPLEMENTO NUTRICIONAL EM PÓ HIPERCALÓRICO E HIPERPROTEICO, SEM SABOR. Sem adição de sacarose e glúten. Componentes: vitamina D e Cálcio, além de outras vitaminas e minerais que auxiliam o sistema imunológico, como Zinco e Vitamina C.	100.000	G
25	403936	ESPESSANTE E GELIFICANTE ALIMENTAR. Aspecto físico pó. Composto de maltodextrina e goma xantana. Isento de lactose e glúten. Indicado para pacientes com dificuldade de deglutição. Apresentação em sachê.	346	G

5.1.1. As especificações claras e detalhadas dos bens ofertados deverão ser obrigatoriamente inseridas no campo destinado para esse fim: “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, disponível no Portal de Compras do Governo Federal – ComprasNet, sob pena de desclassificação do licitante;

5.1.2. Caso haja discordância entre as especificações destes itens com aquelas do Portal de Compras do Governo Federal – ComprasNet, prevalecerão as especificações constantes neste Termo de Referência;

5.1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, conforme redação dada pelo Art. 12, § 1º, Decreto nº 7.892/2013;

5.1.4. Os quantitativos estimados configuram uma projeção de consumo provável, de modo que a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, conforme previsto no art. 16 do Decreto nº. 7.892/13;

5.1.5. Os valores estimados servirão apenas de subsídios ao agente da licitação para negociação com os licitantes na fase de avaliação das propostas e habilitação do certame, não constituindo qualquer compromisso futuro para com o HU-UFMA/EBSERH. Os valores são fundamentados em ampla pesquisa de preços realizada nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Rede EBSEH, combinada com a IN/MPDG Nº 03/2017, que altera a IN/MPOG Nº 05/2014, e a Tabela SIGTAP/SUS, quando se aplica aos materiais em aquisição.

6. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. As condições para contratação no pregão estão relacionadas no edital.

6.2. A contratação deve ser formalizada por meio da ata de registro de preço, com vigência de 12 (doze) meses.

7. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. A forma de seleção do fornecedor se dará por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços - SRP.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Critério de julgamento:

8.1.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência (item 5) e nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

8.2. Modo de disputa:

8.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto e fechado, bem como observar que a contratação em tela, os itens 1, 4, 8, 9, 11, 23 e 25 se enquadram na destinação exclusiva às ME/EPP.

8.3. Intervalo entre lances:

8.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,75%.

8.4. Condições de participação:

8.4.1. Para a participação neste Pregão deverão ser observados:

a) as previsões constantes no art. 69 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;

b) a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que está disponível em: https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acao-a-informacao/boletim-de-servico/sede/2021/anexos/anexo_politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas_sei_23477-019872_2018_88.pdf

c) o atendimento por parte do licitante ao art. 7º, XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que prevê "*proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos*";

d) a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa nº 03, de 2018.

e) o previsto no art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:

Art. 4º - As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...) VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

8.5. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

8.6. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

9. **DAS CONDIÇÕES PARA ENTREGA DO MATERIAL**

9.1. A entrega do material licitado deverá ser efetuada na Unidade de Almoxarifado do HU-UFMA/EBSERH, no horário das 08:00 às 11:30 e das 14:00 às 16:30 horas, em dias úteis, na Rua Barão de Itapary, nº 227, São Luís/MA – CEP: 65.020-070, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

9.2. O prazo para entrega do material licitado será, no máximo, de **20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho emitida pelo HU-UFMA, de acordo com os quantitativos e especificações determinados pela CONTRATANTE;

9.3. As notas fiscais de faturamento deverão estar com preenchimento correto e completo, e ser entregues no horário das 08:00 às 11:30 e das 14:00 às 16:30 horas, em dias úteis, exclusivamente na Unidade de Almoxarifado do HU-UFMA/EBSERH, em via impressa;

9.4. O material licitado deverá ser entregue com prazo de garantia para uso igual ou superior a 12 (doze) meses, a partir da data de entrega na Unidade de Almoxarifado do HU-UFMA/EBSERH, exceto aquele cuja vida útil regular do produto seja comprovadamente inferior a este prazo, caso em que tal situação deverá ser devidamente esclarecida na proposta;

9.5. É vedada a entrega de material em desacordo com as especificações que constam no edital, na proposta e na ata de registro de preços;

9.6. O objeto será recebido:

9.6.1. Provisoriamente, pelo responsável, através de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal/Fatura (contendo descrição do objeto ofertado pela empresa) e/ou no conhecimento de transporte, devidamente datado e assinado, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações contidas no termo de referência do edital;

9.6.2. Após o recebimento provisório do objeto, se necessário, será feito o exame qualitativo do produto por um técnico especializado, designado pelo SHH/HU-UFMA, para comprovar sua perfeita qualidade, de acordo com o especificado no termo de referência do edital, bem como o que foi proposto pela empresa e, caso seja verificada qualquer irregularidade, o mesmo deverá ser substituído por conta e ônus da CONTRATADA;

9.6.3. Definitivamente, pelo responsável pelo respectivo recebimento, depois de verificada a qualidade, quantidade e compatibilidade com o objeto contratado e sua consequente aceitação mediante carimbo e assinaturas (atesto e visto) apostos no verso da Nota Fiscal;

9.6.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil nem ético-profissional da CONTRATADA pela perfeita qualidade dos fornecimentos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, dentro dos limites estabelecidos por Lei.

9.7. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.8. Na eventualidade de serem verificados defeitos, falhas ou imperfeições que impeçam a utilização dos materiais, o fornecedor deverá sanar as incorreções no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados do recebimento da notificação;

9.9. O material rejeitado deverá ser retirado pelo fornecedor no **prazo de 10 (dez) dias corridos da data de notificação**. Não ocorrendo o fato no prazo estabelecido, o fornecedor arcará com os custos de armazenagem, quebras e outros incidentes sobre o produto, a partir da data de confirmação da impropriedade;

9.10. Os custos de substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente a expensas da CONTRATADA;

9.11. A não retirada dos materiais rejeitados autoriza automaticamente a CONTRATANTE a efetuar a destinação adequada ao produto;

9.12. Caso ocorra a inobservância de qualquer condição determinada nos incisos deste artigo a CONTRATADA ficará passível da aplicação das penalidades previstas no artigo "DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS" do edital.

10. **PROPOSTA DE PREÇO**

10.1. Os preços propostos deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer fretes, impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscal e previdenciário a que estiver sujeito, e demais custos que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento dos bens a serem adquiridos;

10.2. A proposta de preços obrigatoriamente deverá estar acompanhada da especificação completa do produto a ser fornecido, de forma clara e inequívoca, fazendo constar ainda:

a) Marca, nome da indústria fabricante, período da validade, apresentação do produto por embalagem com o quantitativo do produto ofertado, número do registro, procedência (para os produtos importados indicar obrigatoriamente o país de origem);

b) Prazo de validade da proposta **não inferior a 90 (noventa) dias**;

10.3. O licitante participante do certame não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item;

10.4. Para julgamento da licitação, considerar-se-á vencedora, desde que atendidas às especificações e condições constantes do instrumento convocatório, a licitante que apresentar **O MENOR PREÇO POR ITEM**;

10.5. Se a especificação do objeto contida na Proposta de Preços não atender às exigências do edital, a proposta será automaticamente desclassificada;

10.6. Mesmo que a especificação do objeto contida na Proposta de Preços atenda às exigências do edital, a EBSEH/Hospital Universitário da UFMA, poderá solicitar apresentação de catálogo e/ou amostra, para a licitante afim de averiguação da conformidade do produto a ser fornecido com o exigido no edital. Caso a amostra não esteja em conformidade, a proposta será desclassificada;

10.7. Na ocasião do envio da Proposta de preço, a licitante deverá anexar a Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme Encarte A.

11. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

11.1. Documentos complementares para a habilitação técnica:

a) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da **apresentação de atestado (s)** fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;

12. **DOS IMPEDIMENTOS**

12.1. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh a empresa:

I - Suspensa no âmbito da Rede Ebserh;

II - Declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

III - Impedida de licitar e de contratar com a União;

IV - Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

IX - Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

X - Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

12.2. Parágrafo primeiro - Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do Ministério da Educação;

d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

12.3. Parágrafo segundo - A vedação prevista no caput também será aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

12.4. Parágrafo terceiro - A aplicação das vedações previstas nos incisos IV a VIII do caput e no § 2º deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos

vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.5. Parágrafo quarto - O disposto nos §§ 2º e 3º deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, formalização da contratação e pagamento.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços até 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento, inclusive, podendo ser assinada por meio eletrônico, na forma da lei.

13.2. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, cumprindo as condições e os prazos estabelecidos em conformidade com o instrumento convocatório, observando sempre os critérios de qualidade dos produtos a serem fornecidos.

13.3. Fornecer os materiais de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.

13.4. Comunicar ao HU-UFMA/EBSERH, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto, com a devida comprovação.

13.5. Executar o objeto contratual através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade para quaisquer danos ou faltas que as mesmas venham a cometer no desempenho de suas funções, obrigando-se a indenizar a CONTRATANTE, por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

13.6. Responsabilizar-se por todas as despesas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham a incidir sobre os produtos ofertados.

13.7. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir imediatamente, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos, em que se verificarem imperfeições, defeitos, incorreções ou que vierem ser rejeitados pela CONTRATANTE, observando o prazo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.8. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticadas por seus técnicos durante a execução do objeto contratado, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

13.9. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar esclarecimentos julgados necessários.

13.10. Responsabilizar-se solidariamente pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os torne irre recuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam ou que lhes diminua o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da embalagem, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

13.11. Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, o Certificado de Boas Práticas de Fabricação – CBPF, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde (RDC 39/2013), podendo ser a cópia da publicação no Diário Oficial da União ou cópia do próprio certificado.

13.12. Caso tenha algum produto que seja dispensado do Certificado de Boas Práticas de Fabricação, apresentar cópia de documento ou a legislação que dispensa o certificado;

13.13. Caso o produto seja importado o Certificado de Boas Práticas de Fabricação deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa, por tradutor oficial.

13.14. Recolher aos cofres públicos conforme lhe seja instruído na oportunidade, as importâncias referentes às multas que lhe forem aplicadas ou às indenizações devidas, sob pena de serem descontadas do pagamento de sua fatura.

13.15. Responder pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.16. Informar na nota fiscal a descrição detalhada do objeto fornecido pela empresa, de acordo com as especificações descritas na ordem de fornecimento e em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência. Anexar à nota fiscal, uma cópia da respectiva ordem de fornecimento.

13.17. Apresentar cópia autenticada do termo de opção para fins de cadastro junto ao setor financeiro da CONTRATANTE, em caso de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL.

13.18. Manter sempre atualizado o seu endereço, telefone, fax, e-mail e meios de contato junto à CONTRATANTE.

13.19. Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

13.20. Manter, obrigatoriamente, durante o período da contratação, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado.

14.2. Enviar eletronicamente, por e-mail, a ordem de fornecimento digitalizada emitida em favor do fornecedor, ou quando da impossibilidade de comunicação citada anteriormente, o encaminhamento do documento será feito por outros meios.

14.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA através de um representante da administração especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega/fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14.4. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do fornecimento.

14.5. Fornecer à CONTRATADA, a qualquer tempo, toda a informação que julgar pertinente à execução do objeto licitado, no intuito do bom desenvolvimento do compromisso assumido, sempre se pautando nas normas reguladoras e outras que venham a ser emitidas mesmo após a celebração da Ata de Registro de Preços.

14.6. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos produtos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências da contratação.

- 14.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência.
- 14.8. Solicitar à CONTRATADA a retificação de qualquer fornecimento de material cujo padrão de qualidade esteja fora das especificações contidas no Termo de Referência.
- 14.9. Comunicar à CONTRATADA, tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções, durante a execução do objeto, realizados para que a mesma adote medidas indispensáveis ao bom andamento do que foi solicitado, conforme objeto constante no edital e seus anexos.
- 14.10. Exigir da empresa CONTRATADA integral responsabilidade pela boa execução e eficiência no cumprimento do objeto, mormente no que se refere ao fornecimento dos materiais licitados.

14.11. Observar para que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sejam mantidas, pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

- 15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto;
- 15.2. Não será aceito o consórcio, tendo em vista que o consórcio somente se demonstra adequado quando não há empresas isoladas capazes de atender as exigências editalícias. Isto pois, as coligações despersonalizadas ocorrem quando cada consorciado, por razão técnica ou econômica, não detém capacidade individual de fornecer o objeto licitado;
- 15.3. A participação ou vedação de consórcio é resultado de um processo de avaliação do levantamento da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado. No presente caso, a equipe de planejamento visualizou, durante a pesquisa de preços, que há diversas empresas singulares capazes de atender o edital, portanto, possibilitar a participação de empresas consorciadas acarretaria na diminuição da competitividade e impossibilitaria a contratação de proposta mais vantajosa possível para a Administração Pública.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 16.1. É permitida alteração contratual subjetiva em casos de cessão ou transferência, total ou parcial; bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, observados os requisitos do edital; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do projeto e haja anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

17. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- 17.1.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

17.1.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

17.1.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

17.1.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

17.1.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

17.1.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

17.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

17.2.1. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

17.2.2. A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.

17.2.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

17.2.4. O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

17.2.5. Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

17.2.6. A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

- a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;

d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;

e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;

g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

17.2.7. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

17.2.8. A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

17.2.9. A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.

17.2.10. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.

17.2.11. A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:

a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;

b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

17.2.12. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

17.2.13. A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

17.2.14. Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

18.1. Os materiais a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, no que couber.

18.2. Os licitantes deverão apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, na forma do modelo constante do **ENCARTE A** deste Termo de Referência, após a abertura da sessão e conforme instruções dadas pelo pregoeiro.

19. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

19.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela entrega do objeto licitado, à CONTRATANTE é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre as entregas;

19.2. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários.

19.3. A CONTRATANTE através do(s) responsável(is) pelo recebimento do objeto licitado deverá fiscalizar e registrar em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

19.4. A fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer fornecimento feito em desacordo com as especificações, todo no interesse dos serviços ou integridade do patrimônio e comunidade do HU-UFMA/EBSERH, devendo tal substituição ser feita por pedido escrito da fiscalização;

19.5. As decisões que ultrapassem a competência da equipe de recebimento do objeto contratado deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior para, em tempo hábil, adotar medidas pertinentes.

20. **AMOSTRAS**

20.1. O HU-UFMA/EBSERH se reserva o direito de solicitar amostras dos produtos ofertados para avaliação técnica que será realizada pela Setor de Hotelaria Hospitalar. As amostras deverão ser apresentadas juntamente com os catálogos e/ou prospectos que contenham a descrição em português detalhada do produto ofertado.

20.2. O HU-UFMA/EBSERH se reserva o direito de solicitar formalmente ao licitante a apresentação de novas amostras, catálogos em português, prospectos, laudos analíticos e laboratorial e manual de utilização/funcionamento de qualquer item cotado, de qualquer empresa participante do processo, independente da ordem de classificação de preços, para aferir se os bens propostos atendem às especificações contidas no edital.

20.3. A quantidade mínima das amostras deverá ser sinalizada pelo CONTRATANTE no ato da solicitação, pois esta varia conforme unidade do produto licitado.

20.4. A critério do pregoeiro ou área técnica poderá ser solicitada mais de uma unidade de amostra por item.

20.5. O envio/postagem das amostras deverá se dar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contadas do recebimento da convocação, sob pena de desclassificação.

20.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e se aceita pelo pregoeiro.

20.7. O licitante vencedor deverá encaminhar amostras dos produtos à Unidade de Licitação do HU-UFMA/EBSERH, na Rua Barão de Itapary, 227, Centro, São Luís/MA - CEP: 65.020-070, telefones (98) 2109.1088/1071, nos horários de 08h às 12h e das 14h às 18h, em embalagem personalizada, papel timbrado, etiquetadas com o nome, endereço da empresa, nº do pregão eletrônico e do item correspondente.

20.8. Quando as amostras não forem disponibilizadas pessoalmente no endereço da CONTRATANTE, a licitante deverá enviar para o endereço de e-mail licitacao@huufma.br o código de rastreamento referente ao envio da amostra.

20.9. As amostras serão encaminhadas ao Setor de Hotelaria Hospitalar, sendo avaliados: dados de identificação, registro no Ministério da Saúde e de acordo com as legislações vigentes da ANVISA, ABNT e/ou INMETRO, além de aspectos técnicos, como:

20.9.1. *Embalagem*: integridade, selagem, abertura e manuseio.

20.9.2. *Rotulagem*: marca, especificação técnica, tabela nutricional, fabricante, data de fabricação e validade, lote.

20.9.3. *Apresentação*: conferir se a forma de apresentação está de acordo com o descritivo no Termo de Referência.

20.9.4. *Composição Nutricional*: avaliar se a composição nutricional confere com o descritivo do Termo de Referência.

20.9.5. *Manipulação / diluição*: avaliar se o produto apresenta as condições e informações necessárias para sua adequada manipulação / diluição.

20.9.6. *Aplicabilidade*: avaliar aplicabilidade em uma amostra de pacientes para observar seus efeitos nutricionais ou sua tolerância/aceitação

20.10. As amostras entregues em desacordo com as especificações constantes na tabela do item 3 (especificações, quantidade e preço estimado) não serão aceitas pela Setor de Hotelaria Hospitalar, cabendo ao pregoeiro recusar o produto apresentado.

20.11. As amostras deverão ser entregues sem ônus para o HU-UFMA/EBSERH, de modo que, a princípio, também não há compromisso com a devolução dos produtos, uma vez que são destinados para testes e avaliação qualitativa.

20.12. No caso das amostras que sejam passíveis de devolução, poderão ser recolhidas pelos licitantes no mesmo local de entrega, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da desclassificação da proposta do licitante no Portal de Compras do Governo Federal – ComprasNet.

20.13. Após o prazo constante no subitem anterior, a destinação das amostras ficará a cargo da Administração, sem direito a posterior ressarcimento. A Instituição fará o descarte dos produtos conforme orientação da legislação vigente.

20.14. O parecer da avaliação qualitativa será de responsabilidade do Setor de Hotelaria Hospitalar, baseado no laudo técnico emitido pelos representantes da área demandante, informando os motivos da aceitação ou recusa das amostras.

20.15. As amostras reprovadas terão o respectivo item recusado na proposta do licitante.

21. **DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

21.1. A vigência da ata é de 12 meses a partir da data de assinatura, sem possibilidade de prorrogação.

21.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Decreto nº 7.892, de 2013.

21.3. A adesão às atas de registro de preços vigentes, deverão obedecer ao disposto no Decreto 7.892/13, que traz:

Art. 1º Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão."

21.4. Deverá ser observada, ainda, o contido na Lei 13.303/2016, que dispõe:

Art. 2º O Sistema de Registro de Preços especificamente destinado às licitações de que trata esta Lei reger-se-á pelo disposto em decreto do Poder Executivo e pelas seguintes disposições:

§ 1º Poderá aderir ao sistema referido no caput qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º desta Lei."

21.5. Considerando as particularidades do mercado de produtos para saúde, sobretudo, em face das especificidades técnicas destes materiais, e dos aspectos logísticos e econômicos envolvidos nas contratações públicas; somados à construção de uma estratégia nacional de compras e de uma metodologia de sustentabilidade operacional, capaz de aliar a sustentação financeira com a função social dos Hospitais Universitários Federais, a **ADESÃO ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO NA PRESENTE LICITAÇÃO SERÁ LIMITADA AOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS DA REDE EBSEH LOCALIZADOS NA REGIÃO NORDESTE.**

22. ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS

22.1. As estimativas de preços foram realizadas de acordo com a Norma Operacional 02/2019 - Ebserh, bem como conforme disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, descritas em processo (23477.006078/2021-70) restrito a **fim de garantir o sigilo** preconizado no RLCE, art. 34 da Lei 13.303/2016 e Decreto 10.024/2019.

23. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do HU-UFMA/EBSEH, cujos programas de trabalho e os elementos da despesa específicos deverão constar nas respectivas notas de empenho, e expressamente indicados no presente processo pela Divisão Administrativa Financeira.

24. DO PAGAMENTO

24.1. O HU-UFMA/EBSEH efetuará o pagamento à licitante vencedora em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADA, depois de certificado o recebimento definitivo, com a verificação da qualidade e quantidade, e sua consequente aceitação, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme instrução, editado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) da Receita Federal do Brasil (RFB), devidamente atestada pelo setor requisitante dos materiais e Aceite de Material Médico-Hospitalar e pela Unidade de Almoxarifado do HU-UFMA/EBSEH, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos;

24.2. Havendo erro na apresentação do documento fiscal que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para CONTRATANTE;

24.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

24.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, anexando os resultados ao processo de pagamento. Serão efetuadas as seguintes consultas:

24.4.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

24.4.2. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN);

24.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);

24.4.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

24.4.5. Certidão Negativa de Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

24.4.6. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

24.5. Constatando-se, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência ou situação de irregularidade, a Contratante notificará a Contratada para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

24.6. Na hipótese de obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, caso a autoridade competente não acate a justificativa apresentada em defesa, será realizada a compensação entre o crédito e o débito, nos termos do art. 368 do Código Civil, efetuando-se o pagamento do resultado, se houver.

24.7. Persistindo irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento do registro e preços da Contratada, assegurada o contraditório e a ampla defesa.

24.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento do registro de preços, caso o contratado não regularize sua situação.

24.9. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima da Contratante, não será cancelado o registro da Contratada em situação de irregularidade.

24.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

24.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento sem retenção ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, ou informação em documento fiscal de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

24.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a fórmula abaixo;

24.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data de vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = TX / 365$$

TX = percentual da taxa anual = 6%

25. **REAJUSTE**

25.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, exceto nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), caso necessário.

26. **GARANTIA DE EXECUÇÃO**

26.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

27. **GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

27.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

28. **RESCISÃO CONTRATUAL**

28.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº 13.303/2013 e da Lei Federal nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) Não mantiver a proposta;
- e) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- f) Cometer fraude fiscal.

28.2. A licitante que obtiver objetos adjudicados, nos casos de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste instrumento convocatório, erros ou atrasos injustificados na entrega dos materiais, e ainda, quaisquer outras irregularidades, ficará sujeita, garantida prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EBSERH, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

28.3. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/16, no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.

28.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

28.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e, no caso de impedimento de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, no Edital e no instrumento de contrato e das demais cominações legais;

28.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

29. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

29.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, o licitante que:

- 29.1.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 29.1.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 29.1.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 29.1.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- 29.1.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 29.1.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 29.1.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 29.1.8. Não mantiver a proposta;
- 29.1.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 29.1.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013;

29.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente;

29.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

29.4. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, à suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Ebserh, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

29.5. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa

jurídica, com ou sem a participação de agente público;

29.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto no artigo 181, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;

29.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh/HU-Ufma, observado o princípio da proporcionalidade;

29.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/2013 e no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

29.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão relacionadas abaixo:

I - Advertência - a ser aplicada pelo Contratante, por escrito, independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas, inclusive das recomendações ou determinações da fiscalização da Ebserh/HU-Ufma;

II - Multa, na seguinte forma:

a) De 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor do material não entregue, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo previsto para entrega;

b) De 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de não devolução de referido documento devidamente assinado no prazo previsto;

c) De 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento do item, após a emissão da Nota de Empenho;

d) De 1,0% (hum por cento) do valor total da proposta, no caso de cancelamento da Nota de Empenho;

e) De 1,5% (hum e meio por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Ebserh ou cobrada judicialmente;

§ 3º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual, nos termos do § 2º do artigo 82 da lei 13.303/16, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99.

§ 4º Poderá ser emitida GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada.

29.10. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pelo Contratante e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente poderão, a critério deste, ser isentos total ou parcialmente da multa.

29.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e demais cominações legais.

29.12. As penalidades que gerarem aplicação de multas quando inferiores ou iguais ao valor de R\$ 10,00 (dez) reais serão abonadas, conforme decisão da Superintendente do HUUFMA-EBSERH.

29.13. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

29.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

29.15. Cabe ao Órgão Participante, conforme Decreto nº. 7.892/2013, art. 6º, Parágrafo Único, aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

29.16. Compete ao Órgão Não Participante, conforme Decreto nº. 7.892/2013, art. 22, § 7º, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

29.17. Às licitantes será aplicada, quando necessário, a Norma Operacional – SEI nº. 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH, disponível no sítio <http://bitly.com/ICDdR>. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, voltado à aplicação de sanções administrativas às licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

30. **DO GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

30.1. O Gerenciamento de Riscos da Contratação consta no documento SEI **Análise de Riscos 26127291**, gestão essa que ocorre antes da pesquisa de mercado e confecção do Termo de Referência que resulta na primeira versão do documento e

após a pesquisa e inserção do Termo de Referência, onde este documento poderá ser mantido ou atualizado pela Equipe de Planejamento de Contratação.

31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1. No caso de esgotamento de mercado do material ofertado na ocasião da licitação, ou a adjudicatária estiver com dificuldades para efetuar as entregas dos mesmos, poderão ser aceitos como opções para possíveis substituições, aqueles que comprovadamente possuírem qualidades e rendimentos SUPERIORES aos ofertados;

31.2. Os materiais serão aceitos e pagos somente após as constatações de suas características, consoante às ofertas e das condições de uso, bem como da aceitabilidade, podendo ser solicitadas substituições, conforme preceitos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor;

31.3. O presente Termo de Referência foi elaborado pela equipe técnica do Setor de Hotelaria Hospitalar do HU-UFMA/EBSERH, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, parte integrante deste processo

32. ENCARTES

32.1. ENCARTE A - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

33. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

33.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Unidade de Produção e Distribuição de Refeições/Setor de Hotelaria Hospitalar do HU-UFMA/EBSERH, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, parte integrante deste processo.

33.2. A Equipe de Planejamento da Contratação apresenta-se constituída através da Portaria nº 033 de 18 de novembro de 2022 25697467.

(Assinado Eletronicamente)

Patrícia Regina Silva Moreira Saldanha

Chefe da Unidade de Produção e Distribuição de Refeições
Coordenador da Equipe de Planejamento

(Assinado Eletronicamente)

Glauciane Márcia dos Santos Martins

Nutricionista - Unidade de Produção e Distribuição de Refeições
Integrante da Equipe de Planejamento

(Assinado Eletronicamente)

Laliana da Paz Soares Santos

Nutricionista - Unidade de Produção e Distribuição de Refeições
Integrante da Equipe de Planejamento

34. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Diante dos Elementos Técnicos para a decisão, onde o Termo de Referência contém elementos capazes de propiciar a orientação necessária para a condução do Processo Licitatório.

Estando o processo de contratação na esfera pública regulamentado por normativas legais e visto o Termo de Referência ter os elementos necessários e determinantes para a análise;

Aprovo o presente Termo de Referência, nos termos da Portaria -SEI n.º 185, de 26 de maio de 2021.

Eurico Santos Neto

Gerente Administrativo

(Assinado Eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Regina Silva Moreira Saldanha, Chefe de Unidade**, em 19/12/2022, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laliana da Paz Soares Santos, Nutricionista**, em 19/12/2022, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glauciane Marcia Dos Santos Martins, Nutricionista**, em 19/12/2022, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Santos Neto, Gerente**, em 19/12/2022, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26402029** e o código CRC **D3293001**.

Referência: Processo nº 23523.036647/2022-90 SEI nº 26402029